

quem vai ser fiscalizado primeiro, uma vez que não condições de fiscalizar a todos ao mesmo tempo.

Por outro lado, o contato com a população, diretamente ou por meio de conselhos comunitários e outras entidades organizadas, é, nessa oportunidade, privilegiado como forma de estimular os cidadãos a participarem do controle da aplicação dos recursos públicos.

De 2003 a Julho de 2007, 1221 municípios e 53 Estados foram fiscalizados pelo Programa, envolvendo um montante de aproximadamente R\$ 13,5 bilhões.

A Controladoria procura sempre que possível trabalhar de forma articulada com outras instituições de combate à corrupção o Tribunal de Contas da União, os Ministérios Públicos da União e dos Estados, a Advocacia-Geral da União, o Conselho de Controle das Atividades Financeiras (COAF), a Polícia Federal, a Secretaria Nacional de Justiça, a Secretaria da Receita Federal, entre outras. Como resultado da parceria com a PF ou com o MP, por exemplo, é que foram realizadas as Operações Especiais denominadas de "Gafanhoto", "Sanguessuga", Confraria, Guabiru, Campus Limpo, Navalha", Metástase e Carranca, que a população brasileira tanto aplaudiu

É também dessa forma que a CGU participa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que reúne uma série de órgãos para estabelecer diretrizes no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Correição e Combate ao enriquecimento ilícito

A Correição é outra das áreas de atuação da CGU e consiste nas atividades de responsabilização administrativa de servidores públicos federais envolvidos nas irregularidades constadas pelas nossas auditorias ou que nos chegam por denúncias. Isso se faz mediante Sindicâncias e Processos Disciplinares.

Em 2006, foi implantado o Sistema de Correição da Administração Federal, com uma Corregedoria para cada ministério, todas elas coordenadas pela Corregedoria-geral da CGU. Como resultado disso, e do treinamento de mais de 3, 5 mil servidores em Processo Disciplinar, já foram excluídos do Serviço Público mais de 1.500 servidores apanhados na prática de ilícitudes, o que constitui um grande avanço quando se conhece a tradição de impunidade que antes caracterizava a Administração Pública.

Uma das formas inovadoras utilizadas nesses processos são as Sindicâncias Patrimoniais, quando há indício de enriquecimento ilícito de Agentes Públicos. A CGU investiga a evolução patrimonial dos servidores sempre que há indício de variação incompatível com os vencimentos ou com a renda declarada.



Combater a corrupção: compromisso de todos



Dia Internacional Contra a Corrupção

9 de dezembro

O DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO

O Dia Internacional contra a Corrupção, comemorado no dia 9 de dezembro, é uma referência à assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, que ocorreu na cidade mexicana de Mérida. Em 9 de dezembro de 2003, mais de 110 países assinaram a Convenção, que entrou em vigor, internacionalmente, no dia 14 de dezembro de 2005. No Brasil, o Congresso Nacional aprovou o texto em maio de 2005 e, no dia 31 de janeiro de 2006, a Convenção foi promulgada, passando a vigorar no País com força de lei. A Convenção da ONU contra a Corrupção é o mais completo e abrangente instrumento internacional que vincula juridicamente os países. Além de prever a implementação de uma série de medidas para prevenir a corrupção, a Convenção também prevê a cooperação para a recuperação de somas de dinheiro desviadas dos países e a criminalização do suborno, lavagem de dinheiro e outros atos de corrupção.

A CGU E A PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Além das auditorias e da ação correicional, a CGU também é responsável por desenvolver e implementar mecanismos de prevenção à corrupção. A idéia é que não basta investigar e punir o ilícito depois que ele ocorre, mas tentar antecipar-se a ele, prevenindo sua ocorrência. Entre as ações que a CGU desenvolve para a prevenção da corrupção, cabe destacar:

Transparência Pública

Ao acessar as informações do Portal da Transparência, www.portaldatransparencia.gov.br, o cidadão pode acompanhar como o Governo Federal aplica o dinheiro que arrecada. Dessa forma, pode ele saber exatamente como o dinheiro público é utilizado, passando a ser, ele próprio, um fiscal da correta aplicação desses recursos. No Portal da CGU, podem-se obter informações sobre os gastos realizados diretamente pelo Governo Federal e sobre as transferências de verbas federais para estados e municípios, chegando ao detalhe de cada real pago a cada beneficiário fornecedor, empreiteira, beneficiário da Bolsa-Família, etc.

Além disso, as Páginas da Transparência Pública, disponíveis nos sites de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, apresentam dados detalhados sobre as despesas de cada órgão, como os extratos das licitações, dos contratos e dos convênios celebrados.

Convenções Internacionais Contra a Corrupção

Considerando que a corrupção não é um fenômeno que ocorre de forma isolada no Brasil, nem é característica exclusiva da cultura brasileira e visando a acompanhar a evolução da

sociedade internacional na prevenção e combate a esse mal, o Governo Brasileiro vem ampliando e fortalecendo sua relação de cooperação e integração com outros países. Com esse objetivo, o Brasil já ratificou três Tratados Internacionais que prevêm a cooperação internacional nessa área: a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção da ONU), a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) e a Convenção Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE). A CGU é o órgão responsável pelo acompanhamento da implementação, no Brasil, das medidas previstas em cada uma dessas Convenções.

Biblioteca Virtual sobre Corrupção

A Biblioteca Virtual sobre Corrupção (BVC) é um instrumento de livre acesso, cujo objetivo é promover a pesquisa e a divulgação de informações sobre corrupção e áreas afins. Seu acervo é atualizado periodicamente, de forma a contribuir para o estímulo do controle social e o exercício da cidadania, por meio da difusão do conhecimento. Trata-se de um projeto da CGU em parceria com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC).

Programa Olho Vivo no Dinheiro Público

O objetivo desse Programa é sensibilizar e orientar conselheiros municipais, lideranças comunitárias, agentes públicos, professores e alunos sobre a importância do exercício do controle social, de forma que o cidadão também atue para a melhor aplicação dos recursos públicos na sua comunidade.

Desde 2004, a CGU já realizou 79 encontros e beneficiou 601 municípios brasileiros. Nesses eventos, foram capacitados aproximadamente 16 mil cidadãos e distribuídas mais de 1,3 milhão de exemplares da cartilha de orientação denominada "Olho Vivo no Dinheiro Público".

Programa de Fortalecimento da Gestão Pública

Este Programa objetiva aprimorar a gestão dos recursos públicos pelos municípios brasileiros, mediante a capacitação de agentes e o fornecimento de orientações e informações técnicas.

O Programa nasceu da constatação de que, em muitos casos, as irregularidades encontradas nas fiscalizações por sorteio não decorriam de corrupção, mas sim de despreparo das Administrações Municipais.

Todos os municípios brasileiros com população de até 50 mil habitantes podem ser contemplados pelo Programa. Para isso, basta que se inscrevam previamente à realização dos sorteios.

Até o momento foram realizados 4 sorteios, beneficiados 114 municípios, capacitados 1.500 agentes públicos municipais e distribuídos mais de 55 mil manuais com informações sobre programas federais.

Concurso de Monografias e de Redações e Desenhos

Em 2007 a CGU iniciou mais uma ação de estímulo ao controle social: o concurso de desenho e redação entre alunos do ensino fundamental dos municípios participantes do Programa Olho Vivo. A iniciativa pretende promover no ambiente escolar a reflexão e o debate sobre a prevenção e o combate à corrupção e despertar nos estudantes o interesse pelo controle social. Até o final do ano, esta ação pretende alcançar 80 mil crianças e aproximadamente três mil professores.

A CGU também realiza concurso de monografias sobre prevenção e combate à corrupção. O objetivo é estimular a realização de pesquisas voltadas para o tema, como forma de incentivar a participação do cidadão no controle da Administração Pública, identificar iniciativas bem-sucedidas na área e colher proposições de políticas e ações que possam ser adotadas por governos e pela sociedade.

A CGU E O COMBATE A CORRUPÇÃO

Auditorias e Fiscalizações

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Poder Executivo Federal responsável, entre outras funções, pelo controle interno, que se realiza por meio de auditorias e fiscalizações para verificar como o dinheiro público está sendo aplicado. Isso se faz tanto em caráter preventivo, rotineiro, como também com finalidade investigativa, quando há suspeitas, denúncias ou indícios de irregularidades.

Além de auditar regularmente mais de mil e duzentos órgãos e entidades do Governo Federal e de investiga-los quando há suspeitas ou denúncias, a CGU fiscaliza também as verbas federais transferidas para aplicação por Estados e Municípios. Nessa área, a CGU lançou, em 2003, uma sistemática inovadora o Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, por meio do qual são sorteados estados e municípios que receberão fiscalizações especiais, por amostragem.

Em cada estado e município sorteado os auditores examinam contas e documentos e fazem inspeção pessoal e física das obras e serviços realizados. Desse modo, pretende-se desencorajar a corrupção, deixando todos os gestores diante da possibilidade de serem os próximos sorteados. Evita-se, também, desse modo, qualquer viés político na escolha de

